

ECONOMIA SOLIDÁRIA: GERAÇÃO DE RENDA, MITOS E DILEMAS¹

Maria Nezilda Cult²

RESUMO

Na atual conjuntura econômica, social e política se constroem e recompõem ações coletivas com questões e demandas diversas. Nesse processo de mutação, novos atores sociais emergem nas sociedades contemporâneas, movidos por um misto de necessidades e vontades. A economia solidária vista por esta ótica, é uma reação onde o agir coletivo se coloca como uma alternativa possível para os trabalhadores que estão em sua grande maioria excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo. Nela, eles se organizam pela via da solidariedade e trabalho coletivo, se associando em empreendimentos econômicos solidários-EES, urbanos ou rurais. Os trabalhadores contam para formarem e organizarem seus empreendimentos com instituições apoiadoras, como as Incubadoras universitárias e parcerias, tanto da esfera pública como privada. Apesar das dificuldades, a economia solidária cresce e são significativos os resultados e benefícios no campo da geração de trabalho e renda, da cidadania e do desenvolvimento local e meio ambiente. Portanto, a economia solidária é um desafio num campo aberto de possibilidades.

¹ Texto a ser publicado em livro na Universidade Federal de Minas Gerais (NESTH/UFMG) – no prelo.

² Professora Dra. no Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Estado do Paraná, Coordenadora Geral do Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). E-mail: nezilda@terra.com.br

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é um conceito hoje utilizado amplamente no Brasil e em muitos outros países. Embora com outros nomes e significados variados, tem em comum a idéia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. Fazem parte dela os empreendimentos urbanos ou rurais, baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão. São organizações de produtores, consumidores e de créditos que se diferenciam por estimular e praticar a solidariedade entre os membros e a autogestão de seus empreendimentos. A cooperativa é a forma clássica de um empreendimento da economia solidária e a ela também se aplicam as regras da autogestão. Os empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em vias de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregado e pelos empobrecidos. A Economia Solidária vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda.

Esta economia, no século XXI, tem como antecedente principal o cooperativismo operário que surgiu em reação a Revolução industrial durante o século XIX. Com os pensadores da época, foi se formando a filosofia que fundamenta o cooperativismo em todo o mundo. Destaca-se entre eles: Robert Owen (1771-1858), William King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882). É, substancialmente, uma filosofia do homem na sociedade em que vive, onde procura construir uma outra maneira de processar a economia, tendo base no trabalho e na distribuição eqüitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual do dinheiro a partir da exploração do trabalho do outro.

O cooperativismo preocupou-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que aparece historicamente junto com o capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores, por meio coletivo.

O Brasil sempre teve população excluída e trabalhadores excedentes como oferta de mão-de-obra barata, que apesar dos seus movimentos reivindicatórios, influenciados pelos movimentos internacionais dos trabalhadores, nunca alcançou o nível e estado de bem-estar social das economias mais avançadas.

Nesse sentido, vemos surgir novos movimentos sociais em várias áreas, que pretendem beneficiar a sociedade civil e as gerações futuras. Tiveram grande repercussão nos anos 1970/80 os movimentos de ampliação da cidadania e dos regimes democráticos, surgindo diversas organizações não-governamentais-ONGs que absorvem trabalho voluntário e assalariado. No caso específico da geração de trabalho e renda, os trabalhadores buscam se organizar em associações, cooperativas, clubes de troca ou redes não monetárias, empreendimentos autogeridos e familiares.

Há diversidade de caminhos e soluções expressos na economia solidária. Entretanto, o que mobiliza as pessoas não parece ser apenas a situação de desemprego, da informalidade, da precarização, entre outras condições que caracterizam o mundo do trabalho nos países latino-americanos, advinda do contexto da crise econômica e conseqüente exclusão social, conforme debate da maioria dos autores³.

As abordagens desenvolvidas por GAIGER (2004: 371-402)⁴, ao analisar os resultados da pesquisa realizada em nove Estados brasileiros, chama a atenção

³ Entre os autores podemos citar: Luiz Razeto (Chile), José Luiz Coraggio (Argentina), Aníbal Quijano (Peru), Orlando Nuñez Soto (Nicaragua). Uma síntese da discussão de cada um, pode ser vista no texto: Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária, de Gabriela Cavalcanti Cunha, publicado no livro, "Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a Economia Solidária", organizado por ela, André Ricardo de Souza e Regina Yoneko Dakuzaku, 2003, Editora Contexto.

⁴ Reflexões feitas á partir de um levantamento amplo e inédito da economia solidária no Brasil realizado pela Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), no período de 1999-2003, em nove Estado brasileiros (SP, MG, DF, RS, CE,SC, PE e PA), coordenado pelo Prof. Luiz Inácio Gaiger, com os resultados publicados integralmente em 2004 no livro: **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**, organizado por ele e publicado pela editora UFRGS, em 2004.

Essa primeira pesquisa de base nacional sobre o tema buscou fazer uma reconstrução histórica da economia solidária nos Estados pesquisados, bem como a descrição do perfil dos empreendimentos e as condições de formação e de crescimento. O conceito utilizado como parâmetro de referência para identificar os empreendimentos girou em torno de oito princípios, que estariam internalizados na compreensão e na prática das experiências associativas: autogestão,

para a diversidade de caminhos e soluções que estão expressos na economia solidária e para as opções teórico-conceituais “ligeiramente diferentes” adotadas pelos pesquisadores. Porém, em suas constatações históricas sobre a economia solidária e as marcas que ela deixou ou pode vir a deixar no desenvolvimento atual e futuro da sociedade brasileira, deduz que a existência de empreendimentos econômicos solidários nada tem de corriqueiro, trivial, e tampouco é um reflexo previsível diante da crise do mercado de trabalho.

Percebeu-se, na pesquisa, que a adoção de iniciativas de trabalhos cooperativos pode advir de objetivos despretensiosos quanto a provocar reviravoltas no padrão de vida dos indivíduos, sem possuírem nenhuma ambição política, de dizer algo para a sociedade, e mesmo assim responderem a necessidades de proteção, pela via associativa, contra o rolo compressor dos grandes poderes econômicos. As circunstâncias isoladas ou conjugadas que levam ao surgimento dos empreendimentos apontam para algumas circunstâncias como: a presença de setores ou a existência de organizações e lideranças populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe; chances favoráveis para práticas econômicas associativas compatíveis com a economia popular dos trabalhadores; presença de entidades e grupos de mediação (apoiadores, assessores, etc.) aptos a canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias; a incidência concreta sobre os trabalhadores dos efeitos da redução do emprego e a formação de um cenário político que reconhece a relevância das demandas sociais, oriundas de longo caminho já percorrido, que coloca a economia solidária para o debate da sociedade.

Observa-se, portanto, a ocorrência da formação de sujeitos populares ativos e organizados, na qual se misturam necessidades e vontades, (grifo nosso) em que se “conhece poucos atalhos... e muitos desvios”, mas na qual, também, a

democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

escolha consciente do solidarismo, quando reafirmada diante de outras opções, “passa a ser o principal motor do empreendimento, a razão mesma pela qual não sucumbe às dificuldades de permanecer autogestionário e cooperativo”, ou visto de outro modo, “não se rende às comodidades de retornar às formas de vida econômica antes praticadas, nas quais os laços solidários ficam mitigados ou dissolvidos” (op.cit, p.379).

É conveniente, portanto, distinguir, de modo geral e em cada situação particular, os diferentes fatores que intervêm, que favorecem o surgimento dos empreendimentos econômicos solidários. De um lado, existem FORÇAS NEGATIVAS – mudanças objetivas que eliminam as opções de vida econômica habituais dos trabalhadores, às quais podem somar-se ainda razões subjetivas, que os levam a rejeitar as soluções habituais e somente suportá-las na falta de outras. De outro lado, existem FORÇAS POSITIVAS que favorecem a adesão dos trabalhadores às propostas associativas, em razão das vantagens materiais que apresentam ou porque formam e sedimentam convicções subjetivas, fortalecendo o futuro dos empreendimentos diante de adversidades, expandindo seu efeito irradiador e multiplicador. Quando há a presença do agente externo (apoiadores, parceiros, assessorias, etc.) ele é apenas uma variável a mais, visto que antes deve ter entrado em cena um conjunto de situações que levam os trabalhadores a buscar outros caminhos, seja porque os convencionais diminuem ou por que se tornam menos preferíveis ou mesmo por convicção formada ao longo do tempo.

Multiplicam-se, de qualquer modo, as iniciativas de geração de trabalho e renda que tem como base a forma solidária e associativa, chamando a atenção de setores da sociedade civil, do poder público e entidades de classe e vão sendo criadas organizações que se colocam como apoiadoras, parceiras ou agregadoras dessas iniciativas. Em 2001, se formou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária-FBES no seio do Fórum Social Mundial, para ser um interlocutor junto ao Governo Federal e outras instâncias. No ano de 2003, a economia solidária ganha destaque quando assistimos também a criação em nível Federal de Governo, da Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, visando formular e articular políticas de fomento à economia solidária, o que denota ter havido múltiplas

práticas desenvolvidas nas últimas décadas. Em 2004, também foi criada União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil – UNISOL Brasil,⁵ para representar os empreendimentos da economia solidária. É mais um salto que faz aumentar a visibilidade e propicia a articulação e conseqüente fortalecimento aos empreendimentos da economia solidária.

Há hoje um mapeamento da economia solidária no Brasil, chamado Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária-SIES, organizado no Ministério do Trabalho e Emprego, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, e que tem apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ainda em fase de construção, mas que já dispõe de alguns resultados parciais.

O sistema levanta informações dos EES e das entidades de apoio, assessorias e fomento. As informações parciais indicam que existem⁶ no total, 14.954 empreendimentos cadastrados, destes, 6.549 no nordeste, 2.592 no sul, 1.884 no norte, 2.144 no sudeste e 1.785 no centro-oeste do país, ou seja, quase a metade (44,0%) deles localiza-se no nordeste, em segundo lugar está o sul (17,0%) e em terceiro e quarto, o sudeste (14,0%) e o norte (13,0%). Os dados também indicam que mais da metade dos empreendimentos (54,0%) está organizada na forma de associações, 33,0% são grupos informais, 11% cooperativas e 2,0% distribuídos entre empresas autogestionárias, redes/centrais e outras formas. A atividade econômica desses empreendimentos, segundo os registros, é muito variada, mas predominam as relativas às atividades ligadas a agropecuária, extrativismo e pesca (42,0%), em seguida a produção de alimentos e bebidas (18,3%) e diversos produtos artesanais (13,9%). A metade desses empreendimentos atua exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana. Considerando as regiões cabe destacar que na região sudeste, a maioria (60%)

⁵ UNISOL Brasil, criada no final de 2004, é constituída e dirigida pelos sócios-trabalhadores das cooperativas e empreendimentos filiados, que tem por finalidade organizar, representar e articular em nível nacional as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária, resgatando e provendo a intercooperação, a igualdade social e econômica, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável.

⁶ Dados extraídos do **Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

atua na área urbana e nas regiões norte e nordeste a participação dos empreendimentos que atuam exclusivamente na área rural está acima da média nacional que é de 50%, ou seja 57% e 63% respectivamente.

Estão associados nos empreendimentos econômicos solidários mais de 1 milhão e 250 mil homens e mulheres, resultando numa média de 84 participantes por empreendimento. Na composição social dos empreendimentos verifica-se que, 73,0% são formados por homens e mulheres, 16,0% somente por mulheres e 11% formados somente por homens. Com relação à remuneração dos sócios, os quase 60% dos empreendimentos que informaram, indica que 50% apresentam remuneração com valor até meio salário mínimo (SM). Em 26,1% ela é de meio a um SM e em torno de 20% ganham de 1 a 2 SM, sendo que os demais ficam entre 2 a 5 SM e mais de 5 SM. Considerando a situação regional, a região sul apresenta uma participação proporcionalmente menor em relação à média nacional nas faixas inferiores de renda, o contrário ocorre na região nordeste.

Com relação à comercialização dos produtos e serviços, eles são destinados predominantemente aos espaços locais. As indicações são de que 56% vendem no comércio local comunitário, 50% em mercados/comércios municipais, 7% tem como destino de seus produtos o território nacional e apenas 2% realizam transações com outros países.

Depreende-se pelos dados, a importância desses empreendimentos para o desenvolvimento local sustentável. Para fomentar esse tipo de desenvolvimento, os instrumentos necessários são: capital social local, instituições democráticas, fortes laços de cooperação e confiança entre os agentes locais, processo contínuo de inovação endógena, estratégias produtivas adequadas às condições locais ou do território.

A Economia solidária se utiliza em grande medida, dos mesmos instrumentos. Além do desenvolvimento endógeno e sustentável, na economia solidária agrega-se o desenvolvimento solidário, que são iniciativas na qual a autogestão, confiança, cooperação, democracia, auto-sustentação, desenvolvimento humano, responsabilidade social e controle social são princípios fundamentais. O desenvolvimento endógeno, deve promover a partir dos recursos,

das potencialidades e dos agentes locais, o fortalecimento da economia e da sociedade local. Na economia solidária é a mesma coisa, e agrega ainda a inclusão social. Contribui também com o desenvolvimento sustentável, pois é um processo de melhoria da qualidade de vida que compatibiliza o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social, no curto e no longo prazo. Em síntese, as condições para o desenvolvimento local e economia solidária dependem de desenvolvimento endógeno que possa contar com capital social fortalecido, integrando e mobilizando os produtores por meio de redes sócio-técnicas de produção, comercialização, informação e formação, bem como outros atores e as políticas públicas, em torno da sua auto-sustentação.

No mapeamento já citado já foi identificado, também, um total de 1.120 instituições de apoio que atuam na economia solidária em todo o país. As instituições podem ampliar a dinâmica social no sentido de aumentar o capital social e produtivo criando novos arranjos institucionais que podem se dar através da articulação de parcerias com: Agências de desenvolvimento (os IDR), Instituições de crédito, Centros de desenvolvimento tecnológico nacionais e internacionais, Emater, Sebrae, Instituições Governamentais, Instituições não-governamentais, Empresas que desenvolvem política de responsabilidade social, Órgãos especializados junto às secretarias de planejamento, desenvolvimento econômico, indústria, comércio e agricultura; Conselhos para a gestão integrada das políticas, Fóruns permanentes de debates sobre o desenvolvimento local e economia solidária.

O envolvimento das universidades tem sido importante na construção e apoio às iniciativas da economia solidária, em vista da sua capacidade de pesquisa, extensão e transferência de tecnologia, e portanto, na elaboração teórica e atividades práticas executadas por meio das ações desenvolvidas nas Incubadoras Universitárias, com envolvimento de professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos. As Incubadoras atendem há uma demanda crescente de trabalhadores que buscam formar pela via do coletivo, empreendimentos

econômicos solidários. Podemos destacar nessa área, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO)⁷

As incubadoras da Rede Unitrabalho ajudam, na prática, a organizar, formar/orientar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais e procura qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em formar seus empreendimentos econômicos solidários. Por meio de processo educativo, orientado na participação e no diálogo, instrui quanto: a organização do trabalho, aos aspectos da autogestão, de ordem jurídica, contábil, financeiro e outros aportes necessários. Tem, portanto, como principal objetivo, promover a geração e consolidação dos empreendimentos de autogestão e transferir a eles tecnologias. As Incubadoras da rede procuram atuar em estreita articulação e parceria com os poderes públicos e iniciativas privadas nas localidades onde as ações estão sendo desenvolvidas.

Desafios e Expectativas

A economia solidária e as Instituições apoiadoras, buscam maneiras de gerar trabalho e renda de forma coletiva e solidária. Entretanto, a economia solidária enfrenta várias dificuldades, como a de ter a fonte principal de sustentação na sua capacidade de trabalho e, ao mesmo tempo, ela ser a razão de muitas fragilidades.

Os trabalhadores estão imbuídos de uma relação de trabalho entre o patrão que estabelece diretrizes e o empregado que segue as prescrições. Essa é uma cultura difícil que precisa ser minimizada e gradativamente superada numa relação de trabalho cooperativo e autogestionário que precisa ser empreendedora. Além disso, os trabalhadores que se inserem na economia solidária estão mais acostumados e preparados para o trabalho braçal pouco qualificado, faltando-lhes

⁷ A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), criada em 1996, assiste empreendimentos de trabalhadores através dos Núcleos/Incubadoras Locais distribuídos em 47 Universidades em todo o país. A Rede Unitrabalho como um todo, interliga atualmente 90 universidades e instituições de ensino superior, que se agrupam em sete regionais e seus respectivos Núcleos Locais multidisciplinares desenvolvendo estudos, pesquisas e extensão sobre o mundo do trabalho.

o preparo técnico-profissional e o acompanhamento da evolução tecnológica que ocorre na base produtiva. A relação administrativa de autogestão é um mundo desconhecido com o qual precisam aprender a lidar. Isso de forma cotidiana e também da gestão a médio e longo prazo e não mais com vistas e horizonte no dia seguinte como estavam acostumados a trabalhar como empregados ou mesmo desenvolvendo atividades esporádicas e pontuais. Precisam também, romper barreiras importantes como as da escolaridade mínima. Além disso, não dispõem ou são poucos os meios de produção e recursos financeiros que precisam para formar e desenvolver seus empreendimentos.

Mas, apesar das dificuldades, de forma geral, do ponto de vista dos resultados, os benefícios apesar de modestos, são importantes em vários aspectos. Vemos inseridos nos empreendimentos de economia solidária, sem restrição, os jovens e pessoas mais velhas que o mercado de trabalho evita ou pouco absorve. No caso dos primeiros, por não possuírem experiências, e os segundos, por serem pouco produtivos em função da idade. As mulheres e negros são muito representativos nos empreendimentos coletivos, onde todos têm a mesma condição, pois, o princípio organizativo é o de igualdade de direitos, deveres e ganhos de forma ampla e irrestrita, independentemente da raça e de serem homens ou mulheres. No caso das mulheres, além do número ser significativo, elas se destacam por assumirem a condição de dirigentes nos empreendimentos.

Pensamos também, que os trabalhos nos empreendimentos econômicos solidários apresentam vantagens em relação à economia informal ou às ofertas de trabalhos assalariados para empregos de pouco ou sem prestígio, desqualificados, mal remunerados e instáveis. Nesses empreendimentos ocorre um acolhimento que foi a muito perdido. A socialização desperta e reafirma o coletivo em detrimento do individual, o que os faz se sentirem mais fortes, protegidos e sem o medo da ameaça de serem despedidos dos empregos a qualquer momento. Serem donos dos seus empreendimentos, por menor que sejam seus negócios e mais simples as atividades produtivas, é motivo para elevar a auto-estima e

cidadania de qualquer trabalhador. As gratificações são, portanto, de ordem moral e extra-material.

A renda, apesar de no geral, seguir critérios que a torna variável, passa a ser permanente para os que viviam de trabalhos esporádicos e, garantida para os que não tinham mais trabalho ou para aqueles que vivem sob a ameaça do desemprego.

Os empreendimentos autogeridos possibilitam aos trabalhadores condições inegavelmente emancipatórias pela autonomia no trabalho e pelo trabalho. As vantagens podem advir do ponto de vista da polivalência, que é estimulada e necessária na organização interna do trabalho coletivo, como também da eficiência alcançada espontaneamente, devido à motivação moral dos sócios-trabalhadores. A criatividade dos trabalhadores experimenta novos arranjos, muitas vezes não pensados e tampouco praticados. No processo e ambiente de trabalho que prioriza os princípios democráticos e igualdade de condições, muitas vezes se descobre e potencializa competências até então desconhecidas ou adormecidas, conferindo ao trabalho um sentido positivo e estimulante, tirando de foco o trabalho como sina ou castigo para aqueles que não detinham os meios de produção.

Os princípios intrínsecos dos empreendimentos de economia solidária, não os impedem de competir no mercado e, por outro lado, possuem vantagem quanto a sua capacidade adaptativa diante dos movimentos desse mercado.

É relevante na economia solidária, o efeito imediato de distribuição de propriedade e renda em função do princípio formativo da igualdade na participação econômica dos associados nos empreendimentos, como ocorre nas cooperativas. Isso reflete na democratização da economia com estímulo para o crescimento e para a redução das desigualdades.

Por outro lado, os ganhos sociais são mais amplos, pois além de possibilitar o reconhecimento dos trabalhadores como cidadãos, viabiliza e reforça espaços que estruturam elos comunitários com efeitos valiosos na diminuição da degradação do tecido social.

Apesar das vantagens, reconhecendo também as fragilidades ainda presentes nos empreendimentos e empreendedores da economia solidária, há hoje reducionismos ou idéias preconcebidas que dificultam uma reflexão sobre as mudanças em curso na sociedade demonstradas pela via da economia solidária, que precisam ser evitadas para possibilitar que se enxergue a sua real importância no sentido da mudança e transformação social e econômica.

É possível enumerar quatro idéias preconcebidas que foram criadas em torno da economia solidária, as quais chamo de mitos⁸.

A primeira delas é que “a economia solidária seria um setor à parte”. As concepções que focalizam a dimensão econômica (inspiração neoclássica) e, por isso, não abordam a gênese dessas organizações, consideram-na residual ou de terceira categoria. Outras, que se sistematizam fora da ótica da economicidade identificam-na como um setor de atividades de ajuda mútua, conviviais e voluntárias, alheias à circulação do dinheiro, seccionam, assim, o setor mercante e o convival, numa forma similar a um aprisionamento comunitário. Portanto, as duas idéias colocam as iniciativas ou a economia solidária como setor de fronteiras estanques e, por isso, jogam um véu que camufla a realidade concreta.

De fato, algumas atividades de ajuda mútua e conviviais não são mediadas pelo mercado e não têm fluxo monetário, atendendo às necessidades das pessoas, mas outras atividades e empreendimentos de economia solidária estão entranhados no mercado capitalista. Queiramos ou não, há uma ligação dessa economia com o mercado, visto que, nele, em medidas variáveis, mesmo priorizando as trocas e/ou comércio entre os empreendimentos solidários, estes buscam subsídios, informações, formação e insumos para produzir, vender ou trocar seus serviços e produtos ou bens materiais e imateriais. A economia solidária não é e nem deve ser um gueto que, para crescer, deva ser protegido, colocado à parte do mercado capitalista, para depois se relacionar com ele. Essa

⁸ No debate internacional, Jean-Louis Laville, numa mesa redonda na França (2001) falou sobre a economia solidária e seus caminhos futuros, chamando atenção para o reducionismo e as idéias preconcebidas sobre ela, das quais vamos nos apropriar de quatro para fazer nossos comentários com o olhar no Brasil, visto que elas também ocorrem na sociedade brasileira.

é uma idéia equivocada, que não a fortalece; ao contrário, fragiliza-a e restringe ações que podem impulsionar seu crescimento e desenvolvimento tecnológico. Ela deve manter sua ética e sua forma de conviver, produzir e distribuir as sobras no interior de seus empreendimentos e, externamente, deve se colocar no mercado, salvaguardando sua autonomia.

A segunda idéia é de que a “economia solidária seria uma economia caritativa de reparação”, cuja única vocação seria a caridade. Aqui há um entendimento filantrópico que confunde caridade com solidariedade. O que vemos, na realidade dos empreendimentos brasileiros, desde sua constituição até seu funcionamento, é que eles nada têm de caridade. Trata-se, sim, de uma relação contratual de trabalho entre pessoas, muitas vezes não formalizadas, mas, quando formalizadas, são previstas em seus estatutos e regimentos e se pautam por princípios solidários. Portanto, nada têm de caridade ou filantropia, são relações pautadas no trabalho coletivo e na solidariedade com fim de gerar renda.

A terceira é de que a “economia solidária seria uma sub-economia reservada aos excluídos”. Essa idéia deriva das precedentes, principalmente da primeira, que considera a economia solidária como um setor “à parte”, que abriga os “inempregáveis”, visto que os “empregáveis”, quando a conjuntura melhora e, com ela, a situação de emprego, encontram novamente um trabalho. De fato, não se pode generalizar. A realidade já nos indica que nos empreendimentos solidários existem trabalhadores que se manifestam contra a idéia de retornar ao emprego formal; outros nunca foram empregados assalariados e, sim, autônomos por escolha, seja ou não do mercado informal de trabalho; existem ainda aqueles que retornariam ao emprego formal, caso tivessem essa possibilidade.

Pensamos que esta concepção de economia solidária estigmatiza seus componentes e em nada os ajuda. Além disso, subestima as pessoas quanto à sua capacidade de escolher, decidir e de exercer sua própria liberdade. Ao se alimentar essa idéia, dificulta-se que as pessoas renovem sua auto-estima e se vejam como capazes de construir algo próprio, considerando-se fadadas a permanecer pobres ou na miséria e nada lhes resta tentar.

Paira, na sociedade, a idéia de que os trabalhadores que formam seus empreendimentos solidários, com ajuda ou não de políticas públicas, não são capazes de se tornarem empreendedores. As razões nunca são bem explicitadas, mas supõe-se que sejam muito mais derivadas de preconceito do que de conhecimento concreto das condições de existência desses trabalhadores. Sabemos que as dificuldades são imensas; existe uma série de barreiras que precisam ser rompidas e superadas, com maior ou menor facilidade e que demandam um tempo que é próprio de cada indivíduo e de cada grupo, especialmente os relativos a escolaridade.

Por que a economia solidária seria sempre de e para pobres, desempregados e excluídos? Não necessariamente. A realidade nos mostra que, no Brasil, ela é composta predominantemente por essa população, mas isso não pode ser um castigo que a faça assim permanecer; ela pode e deve construir seus próprios caminhos, aprenderem a andar com suas próprias pernas para melhorar, sair dessa condição ou até mesmo para não sucumbir. Vive-se numa sociedade democrática onde os empreendimentos econômicos solidários abrem a possibilidade de construção de condições mais justas de produção e distribuição dos ganhos e, conseqüentemente, de melhor condição de vida.

Hoje são representativas as ações dos apoiadores, sejam eles oriundos de política pública, de outros organismos e instituições de fomento, como as universidades. Constituindo uma assessoria técnica e científica nos mais diversos campos do saber, eles fornecem a esses empreendimentos uma visão mais universal, favorecem uma análise conjuntural e estrutural que lhes propicia uma abrangência maior. O apoio pode ser de ordem financeira ou de formação profissional e educacional. As incubadoras universitárias, por integrarem as questões de ordem pedagógica, política e técnica aos empreendimentos, dão-lhes a possibilidade de construir soluções inovadoras, integradas e viáveis para o conjunto da economia solidária.

Pensamos que a economia solidária não deve ser estigmatizada por isso: não é esse o único tipo de empreendimento que recebe apoio de mediadores, educadores, especialistas, analistas e pesquisadores, entre outros, para poder se

constituir e desenvolver. As empresas privadas também gozam de infra-estrutura e subsídios financeiros oferecidos pelo Estado, seja por meio da isenção ou redução de alíquotas de impostos e/ou tarifas, no âmbito de programas nacionais, estaduais e municipais, seja por meio de créditos subsidiados, seja por meio de serviços de assessoria e suporte científico e tecnológico de especialistas na formação e desenvolvimento de empreendimentos tanto do setor urbano como rural.

A última idéia que aqui comentamos é a de que “a economia solidária estaria condenada a se dissolver na economia privada ou pública”. É freqüente a afirmação de que a economia solidária só pode ser pioneira em setores da atividade econômica em que não há ainda interesse da grande empresa porque sua rentabilidade ainda não é atraente. Desta perspectiva, a economia solidária teria uma função temporária, atuando na precariedade da experimentação e da exploração. Há também os que pensam uma ótica estatal que liga o futuro da economia solidária à sua integração num serviço público ampliado.

Pensamos que também este pensamento estigmatiza e leva a concluir, de forma apressada, que qualquer organização cujo fim seja gerar trabalho e renda inexoravelmente vai se modelar às formas de mercado ou do estado. Esta preocupação está centrada apenas na ótica quantitativa financeira. Embora seja provável que isso aconteça em alguma medida, o contrário também pode ocorrer.

Não há porque ter preconceitos e ser contra a inserção e a interação dos empreendimentos solidários com o mercado capitalista e isso não quer dizer necessariamente que sejam subsumidos nesse mercado. A convivência entre as duas formas certamente suscita conflitos, mas, afinal, os conflitos são próprios da democracia. Por isso, é preciso evitar o fechamento dessas iniciativas em guetos protegidos. Como já venho observando, há um direcionamento, imbuído, inclusive, nas próprias políticas públicas de apoio, para aumentar a inserção desses empreendimentos em elos de cadeias produtivas, em planos de desenvolvimento local e regional ou outras opções.

Esses empreendimentos, ao se integrarem, mantêm sua forma organizativa original e contribuem para fomentar seu próprio desenvolvimento e fortalecimento,

tanto para as pessoas que dele dependem, no aspecto do trabalho coletivo, social e da viabilidade econômica, como para o desenvolvimento mais geral, em nível macro-econômico. As chances são consideráveis, quando se levam em conta os vários apoiadores e o fomento financeiro e de formação. A prática da autogestão tem um potencial educativo importante por si só, que extrapola o âmbito do empreendimento, chegando às relações familiares e sociais. Sabemos que esses empreendedores mobilizam-se por um misto de necessidades e vontades, como apontou a pesquisa organizada por Gaiger (2004) já citada; portanto, é forte a preocupação com a consolidação de seus empreendimentos ou alternativas.

Por outro lado, se há chances de êxito nessa economia, ela gradativamente poderá se distanciar da possibilidade de ser incorporada às políticas de Estado, especialmente neste momento em que predomina a visão neoliberal de Estado mínimo. Nesse sentido, o lugar que deve ser ocupado pela economia solidária no campo das políticas públicas não deve ser o de um apêndice à mercê da própria política mais ampla, e sim o de um movimento coletivo, cuja prioridade é o próprio coletivo e não o indivíduo, por meio de políticas individuais compensatórias. Um coletivo forte possibilita enfrentar e construir alternativas mais sólidas para lidar com mais autonomia frente à grande força do neoliberalismo, o qual consideramos uma tendência que não tem volta. Além disso, se é o mercado que exclui e gera o excedente de pessoas empobrecidas, seria necessário devolver-lhe essa responsabilidade e buscar ali alternativas viáveis; por isso, a idéia da convivência pactuada com autonomia também para a economia solidária. Vivemos numa sociedade democrática, na qual os interesses de todos, para serem garantidos, passam por regras de convivência, sem distinções, fazendo-se assim a justiça social. Portanto, a economia solidária é um desafio num campo aberto de possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CULTI, Maria Nezilda. **Sócios do Suor: cooperativas de trabalho**. In: O Mundo do Trabalho e a Política: Ensaios Interdisciplinares, Maringá: Eduem, 2000

_____. **Economia Solidária e Representatividade das Mulheres: Desafios Sociais e Políticos.** Texto apresentado ao IV Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas, realizado de 4 a 7/07/2004 em Bratislava-República Eslovaca

_____. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários.** (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo-USP/SP, São Paulo, 2006

GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: Ilusão ou caminho de futuro?** Artigo extraído do site: <http://france.attac.org.>, 2001.

SOUZA, André R. de & outros. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia Solidária.** São Paulo: Contexto, 2003

YUNUS, Muhammad & JOLIS, Alan. **O banqueiro dos Pobres.** São Paulo, Ática, 2002.